

Caderno de Encargos

“Aquisição de produtos químicos para tratamento e desinfeção da água das piscinas municipais”

Concurso Público, sem publicidade internacional

(nos termos da alínea b) do n.º 1 do art. 20.º do CCP)

Junho de 2024

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS	4
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Cláusula 1. ^a	4
Objeto e preço base do procedimento	4
Cláusula 2. ^a	4
Elementos do contrato.....	4
Cláusula 3. ^a	5
Prazo de vigência.....	5
Cláusula 4. ^a	5
Obrigações da entidade adjudicante	5
Cláusula 5. ^a	6
Obrigações principais do fornecimento do bem.....	6
Cláusula 6. ^a	7
Forma do fornecimento do serviço.....	7
Cláusula 7. ^a	7
Proteção de dados pessoais	7
Cláusula 8. ^a	9
Sigilo	9
Cláusula 9. ^a	10
Condições de Faturação	10
Cláusula 10. ^a	11
Acompanhamento, fiscalização e comunicação da atividade.....	11
Cláusula 11. ^a	11
Penalidades	11
Cláusula 12. ^a	12
Casos de força maior	12
Cláusula 13. ^a	13
Resolução por parte da entidade adjudicante	13
Cláusula 14. ^a	144
Resolução por parte do fornecimento do bem.....	144
Cláusula 15. ^a	144
Seguros	114
Cláusula 16. ^a	14
Foro competente.....	14
Cláusula 17. ^a	14

Subcontratação e cessão da posição contratual	14
Cláusula 18. ^a	155
Prevalência	155
Cláusula 19. ^a	155
Comunicações e notificações	155
Cláusula 20. ^a	15
Contagem dos prazos	15
Cláusula 21. ^a	15
Legislação aplicável	15
PARTE II – CLÁUSULAS ESPECÍFICAS	16
Cláusula 22. ^a	16
Objeto	16
Cláusula 23. ^a	177
Requisitos do fornecimento	177

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto e preço base do procedimento

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas, jurídicas e técnicas, a incluir no contrato a ser celebrado na sequência do procedimento pré-contratual de concurso público, sem publicidade internacional, que tem por objeto principal “Fornecimento de produtos químicos para tratamento e desinfecção da água das piscinas municipais”.
2. O preço base do procedimento é de 7.154,40€ (sete mil cento e cinquenta e quatro euros e quarenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. Ao abrigo do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, estão dispensados de fiscalização prévia os contratos referidos na alínea b) do n.º 1 do artigo 46.º de valor inferior a 750.000,00€, com exclusão do montante do imposto sobre o valor acrescentado que for devido.

Cláusula 2.ª

Elementos do contrato

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado por CCP, o contrato será reduzido a escrito e composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Esclarecimentos e retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto

no artigo 99.º do CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

5. Sem prejuízo da sua expressa previsão no contrato, para efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, na sua atual redação, a fase de execução do contrato será acompanhada por um ou mais gestores do contrato.

6. Cada uma das partes obriga-se a informar, por escrito, a outra parte da identidade e dos contactos dos respetivos representantes previstos no número anterior.

Cláusula 3.ª

Prazo de vigência

1. A presente aquisição de bens terá o seu início aquando da adjudicação mantendo-se em vigor até 31 de dezembro de 2025, se nenhuma das partes o denunciar, através de comunicação escrita à outra parte, com uma antecedência mínima de 30 dias, ou até ser atingido o preço contratual previsto no n.º 2 da cláusula 1.ª, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. Sem prejuízo do número anterior, a contagem do prazo de vigência do contrato não poderá ocorrer antes do final dos contratos que, com o mesmo objeto principal, se encontram em vigor.

3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o valor previsto no citado n.º 2 da cláusula 1.ª, o contrato extingue-se sem que assista ao fornecedor do bem o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

Cláusula 4.ª

Obrigações da entidade adjudicante

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente caderno de encargos, o Município de Montemor-o-Velho, deve pagar ao adjudicatário o preço constante da sua proposta.

2. O preço apresentado pelo concorrente deverá conter todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Montemor-o-Velho.

3. A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos dos números anteriores, deve ser paga em prestações mensais e no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da respetiva fatura.

4. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida no último dia de cada mês e uma vez comprovadamente fornecidos os correspondentes bens.

5. Em caso de discordância da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor do bem, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Só serão devidos os valores referentes aos bens efetivamente fornecidos e validados, não havendo lugar ao pagamento de adiantamentos.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 e 2, as faturas serão pagas através de transferência bancária para conta a indicar pelo adjudicatário.
8. As faturas têm de conter obrigatoriamente a indicação do número de compromisso e do número do contrato, para efeitos de cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das entidades públicas, sob pena de devolução.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do fornecedor do bem

1. As obrigações do fornecedor do bem devem respeitar o estipulado no presente Caderno de Encargos, ficando o mesmo obrigado à entrega dos bens identificados na sua proposta, incluindo o seu transporte para as piscinas municipais.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, o fornecedor do bem fica obrigado a cumprir as normas legais regulamentares em vigor e a requerer todas as licenças/autorizações, junto dos serviços competentes, necessárias à execução do objeto do contrato.
3. Na execução do contrato o fornecedor do bem deve garantir o cumprimento das normas ambientais e de saúde pública aplicáveis, devendo ainda garantir a sua adequação a novas normas ou exigências que entrem em vigor no período de vigência do contrato.
4. Fica ainda obrigado a manter em perfeitas condições qualquer viatura, máquina, equipamento, ou ferramenta envolvidas no fornecimento dos bens, de modo a serem utilizados para os fins a que se destinam com qualidade, nos termos do presente caderno de encargos.
5. No decorrer do fornecimento dos bens, os trabalhadores deverão utilizar vestuário e equipamento de proteção individual adequados, de acordo com as normas de higiene e segurança no trabalho e com a identificação da firma a que pertencem.
6. O adjudicatário no decorrer do fornecimento de bens, terá de garantir recursos humanos e meios técnicos suficientes para suprir quaisquer ausências devidas a férias, faltas ou avarias.
7. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao

fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

8. O adjudicatário obriga-se ainda a suportar quaisquer encargos resultantes, designadamente, de reclamações, custos, despesas, multas, coimas ou sanções, necessários para a libertação de quaisquer ónus ou responsabilidades que recaiam sobre a propriedade da entidade adjudicante, quando tenham sido criados ou causados pelo adjudicatário ou por qualquer dos seus subcontratados.

Cláusula 6.ª

Forma de fornecimento do bem

1. Para preparação do fornecimento do bem, o fornecedor fica obrigado à realização de uma reunião prévia de coordenação com os representantes do Município de Montemor-o-Velho.
2. O adjudicatário fica também obrigado a apresentar à entidade adjudicante, com periodicidade mensal um relatório de todas as operações objeto dos serviços e obrigações emergentes do contrato.
3. No final da execução do contrato, o adjudicatário deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
4. Todos os relatórios, registos, comunicações e demais documentos elaborados pelo fornecedor devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 7.ª

Proteção de dados pessoais

1. O adjudicatário obriga-se a respeitar a regulamentação em vigor aplicável ao tratamento de dados de carácter pessoal e, em particular, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, aplicável a partir de 25 de maio de 2018, doravante designado RGPD e a Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto.
2. O adjudicatário deverá também apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, por forma a cumprir o referido no ponto anterior e assegurar a defesa dos direitos dos titulares dos dados, obrigando-se nomeadamente a:
 - a. Tratar os dados pessoais fornecidos pela entidade adjudicante, unicamente para a ou as finalidades que fazem parte do objeto da contratação;
 - b. Tratar os dados pessoais em conformidade com as instruções documentadas do responsável pelo tratamento;
 - c. Informar imediatamente a entidade adjudicante se considerar que alguma instrução constitui uma violação do RGPD ou de qualquer outra disposição do

-
- direito da União ou do direito dos Estados Membros relativa à proteção de dados;
- d. Garantir a confidencialidade dos dados de carácter pessoal tratados no quadro da contratação;
 - e. Garantir que as pessoas autorizadas a tratar os dados de carácter pessoal por força do contrato a celebrar:
 - i. Se obrigam a respeitar a confidencialidade ou que estão submetidas a uma obrigação legal de confidencialidade que seja apropriada, quer durante a vigência do contrato quer após a sua cessação, bem como quaisquer elementos ou informações que lhe tenham sido confiados ou de que tenham tido conhecimento por força da relação contratual;
 - f. Tomar em consideração os princípios da proteção de dados desde a conceção e por defeito, no que diz respeito aos equipamentos, ferramentas e produtos, aplicações ou serviços que utiliza;
 - g. Ajudar o responsável pelo tratamento a cumprir a sua obrigação de responder aos pedidos de exercício dos direitos dos titulares dos dados;
 - h. Notificar o Município de toda e qualquer violação de dados pessoais num prazo máximo de 24 horas após haver tomado conhecimento da mesma, através de correio eletrónico cifrado para o endereço geral@cm-montemorvelho.pt, devendo constar da mesma toda a documentação útil para permitir, se necessário, a notificação da autoridade de controlo e os titulares envolvidos.
3. O adjudicatário apenas poderá contratar um subcontratante ulterior com a autorização escrita por parte do responsável pelo tratamento, e no caso de tal vir a suceder, deve ser garantido, relativamente a terceiros que envolva na execução do contrato, que respeitam as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação relativa à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do RGPD.
4. O tratamento dos dados pessoais tem como finalidade o registo e monitorização de eventuais reclamações efetuadas pelos Municípes em relação ao serviço prestado no âmbito do contrato a celebrar, devendo apenas ser objeto de tratamento os seguintes dados pessoais: nome, endereço, número de contacto telefónico, endereço de correio eletrónico, e teor da reclamação efetuada pelo particular/Munícipe.
5. Se no âmbito do contrato vier a ser objeto de tratamento algum dos dados pessoais especiais ou sensíveis, previstos no artigo 9.º, n.º 1 do RGPD, o adjudicatário apenas o poderá fazer se tiver sido obtido o consentimento do respetivo titular ou for aplicável alguma das situações previstas no n.º 2 do mesmo artigo e mediante acrescidas medidas de segurança,
-

como sejam a pseudonimização e cifragem dos dados.

6. Se os titulares dos dados pessoais exercerem junto do adjudicatário os pedidos de exercício dos seus direitos, deve este remeter esses pedidos através de correio eletrónico cifrado para o Município através do email geral@cm-montemorvelho.pt, no prazo máximo de 24 horas após a sua receção.

7. Finda a tramitação da reclamação, o adjudicatário deverá proceder à destruição/eliminação de todos os dados pessoais que tiver tratado em nome e por conta do Município, devendo comprovar junto deste essa mesma destruição/eliminação.

8. Compete à entidade adjudicante, como responsável pelo tratamento, fornecer aos titulares dos dados a informação a que respeita os artigos 12.º, 13.º e 14.º do RGPD.

9. Durante a execução do contrato, o adjudicatário deverá manter um registo das atividades de tratamento dos dados pessoais, nos termos do artigo 30.º do RGPD.

10. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

11. O adjudicatário será responsável, civil e penalmente, pelo incumprimento de qualquer uma das suas obrigações em matéria de proteção de dados pessoais, a qual poderá dar lugar a indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais quer relativamente ao titular dos dados quer relativamente ao responsável pelo tratamento.

Cláusula 8.ª

Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo absoluto quanto a todas as informações de que, no âmbito do contrato, os seus colaboradores, independentemente do título a que prestem serviços, venham a ter conhecimento, relativo a todo o tipo de funções, atividades, processos, documentos, regras e procedimentos internos designadamente, os dados relativos a processos e outro expediente, seja qual for a sua natureza, e toda a informação constante das bases de dados ou ficheiros a que tenham que aceder para cumprimento dos serviços a prestar.

2. A entidade adjudicante fornecerá as informações confidenciais ou pessoais que forem estritamente necessárias apenas aos colaboradores do adjudicatário diretamente envolvidos na execução do contrato e devidamente credenciados para o efeito, devendo o adjudicatário garantir que os mesmos terão conhecimento e respeitarão as obrigações decorrentes da confidencialidade das informações.

3. O adjudicatário e os seus colaboradores obrigam-se a respeitar a mais absoluta confidencialidade, neutralidade e descrição relativamente a todos os trabalhadores da entidade adjudicante com quem contactem.

4. Nenhum documento ou dado a que o adjudicatário tenha acesso, direta ou indiretamente, no âmbito do contrato poderá ser reproduzido sem autorização expressa escrita da entidade adjudicante.
5. Exclui-se do dever de sigilo a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecimento do bem ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor para além do termo do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais.

Cláusula 9.ª

Condições de Faturação

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da Cláusula 4ª, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA) e só podem ser emitidas após vencimento das obrigações respetivas, e após fornecimento dos bens, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9º, n.º 1, da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação.
2. Em caso de discordância, por parte do Município de Montemor-o-Velho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Montemor-o-Velho NIF: 501272976, sito na Praça da República, 3140-258 Montemor-o-Velho, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.
4. Nos termos do n.º 1 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299º-B do CCP.
5. Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 9º do mesmo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, os cocontratantes podem, até 31 de dezembro de 2024, utilizar mecanismos de faturação diferentes nos previstos no referido artigo 299º-B do CCP, prazo esse alargado até 31 de

dezembro de 2024 para as micro, pequenas e médias empresas definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003 e para as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes.

6. Caso o adjudicatário não tenha aderido à faturação eletrónica, nos termos e prazos definidos no número anterior, as faturas devem ser enviadas digitalmente, para o seguinte endereço de correio eletrónico: faturacao@cm-montemorvelho.pt.

7. Excecionalmente, caso não seja possível a utilização do correio eletrónico, as faturas poderão ser enviadas para o seguinte endereço postal: Praça da República, 3140-258 Montemor-o-Velho.

8. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores poderão, ao longo da execução do contrato, ser indicados outros contactos para o envio das referidas faturas.

9. Para a implementação da obrigatoriedade legal de receção e processamento de faturação eletrónica, o Município escolheu como parceiro a entidade SAPHETY LEVEL – TRUSTED SERVICES, SA..

10. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 e 3, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária, para o IBAN identificado pelo adjudicatário.

Cláusula 10.ª

Acompanhamento, fiscalização e comunicação da atividade

1. Os serviços prestados pelo adjudicatário são acompanhados e fiscalizados pelo (s) gestor (es) do contrato, que poderá (ão) efetuar as inspeções que considere (m) necessárias para efeitos de cumprimento contratual.

2. Caso seja constatado algum incumprimento ou situação anómala, será efetuado registo do mesmo, por escrito, sendo comunicado no próprio dia ao fornecedor por e-mail e telefone, ao qual será concedido o prazo que a entidade adjudicante tenha como adequado para a reposição da normalidade, sem prejuízo do disposto relativamente às penalidades contratuais.

Cláusula 11.ª

Penalidades

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 325.º do CCP, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, nomeadamente, pelo não cumprimento dos prazos previstos e por causa imputável ao adjudicatário, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho pode exigir do adjudicatário o pagamento de sanções pecuniárias, no valor de 1% mensal, por cada dia de

incumprimento.

2. Podem ser fixados outros valores superiores aos indicados no número anterior decorrentes das regras gerais de direito.

3. A aplicação das penalidades contratuais não exclui o direito de indemnização por perdas e danos com base na legislação em vigor.

4. As penalidades serão notificadas ao adjudicatário por escrito, via correio eletrónico ou carta registada, com indicação do incumprimento contratual ou cumprimento defeituoso e do montante da penalidade.

5. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos do n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

Cláusula 12.ª

Casos de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento a não realização das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fossem razoavelmente exigíveis contornar ou evitar.

2. Podem constituir casos de força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa,

propagação, e proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguro.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, não determinando a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas para além da data estabelecida como o término do contrato.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na Lei, o Município de Montemor-o-Velho pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem nos termos do presente caderno de encargos e da legislação em vigor, não ficando a entidade adjudicante obrigada ao pagamento de qualquer indemnização.

2. . Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Câmara Municipal poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo por facto imputável ao adjudicatário, nos termos do disposto nos artigos 325.º e 333.º do CCP.

3. A Câmara Municipal, independentemente da conduta do adjudicatário, reserva-se, ainda, o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores o Município de Montemor-o-Velho pode ainda resolver o contrato nos termos do disposto no art. 448.º do CCP, por remissão do art. 451.º do mesmo diploma.

5. O exercício do direito de resolução pela entidade adjudicante previsto anteriormente não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advierem da conduta do adjudicatário, nos termos gerais do direito.

6. O direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

7. A resolução do contrato é notificada por correio sob registo e com aviso de receção, produzindo efeitos a partir da data da respetiva notificação.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do fornecimento do bem

O fornecimento do bem pode resolver o contrato nos termos e condições estabelecidos no artigo 332.º e artigo 449.º por remissão do artigo 451.º todos do CCP.

Cláusula 15.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura de riscos através dos seguintes contratos de seguro:

- a. Responsabilidade civil;
- b. Acidentes pessoais;
- c. Equipamentos afetos ao fornecimento do bem;
- d. Outros seguros que se mostrem necessários à execução do fornecimento do bem.

2. O Município de Montemor-o-Velho pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor de bens fornecê-la no prazo 10 dias.

3. Os encargos referentes a todos os seguros, bem como qualquer dedução efetuada pela companhia seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável serão da exclusiva responsabilidade do fornecedor.

4. O adjudicatário deve disponibilizar um número de contacto direto para efeitos de acompanhamento de qualquer participação à entidade seguradora no âmbito de quaisquer acidentes ocorridos ao abrigo do presente contrato.

5. O adjudicatário deve prestar informação contínua e relevante à entidade adjudicante com conhecimento ao lesado, relativamente a quaisquer processos de participação à entidade seguradora.

Cláusula 16.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal da área do Município, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes

depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª

Prevalência

As normas do presente Caderno de Encargos e Programa de Concurso prevalecem sobre quaisquer normas com elas desconformes.

Cláusula 19.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no Contrato contam-se do seguinte modo:

- a. Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b. Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c. O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo, finda no último dia desse mês;
- d. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 21.ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no CCP, na sua redação atual, e demais legislação complementar.

PARTE II – CLÁUSULAS ESPECÍFICAS**Cláusula 22.^a****Objeto**

O fornecimento de produtos químicos para tratamento e desinfecção da água das piscinas municipais terá início desde a data da adjudicação até 31 de dezembro de 2025 e inclui o transporte dos mesmos para as instalações das piscinas municipais;

1. O total dos produtos a fornecer são os seguintes:

1. **CIM PH – L – 90 EMB. 25 k – 2250 KG** para baixar o pH da água da piscina. É um ácido inorgânico de ação rápida, recomendado para aplicar quando o pH e alcalinidade da água se encontra acima dos limites adequados e for necessário baixar o pH da água.
2. **CIM LF – 53 EMB. 20 KG – 1060 KG** para eliminar e evitar o crescimento de algas, fungos ou bolores. Completa o tratamento com o cloro utilizado na piscina, uma vez que este já não tem capacidade para matar todas as estirpes existentes na água.

Não provoca irritação na pele e olhos, não altera o valor de pH da água e elimina o piso escorregadio da piscina.

3. **CLORO Líquido – 6 CONTENTORES - 1230 KG – 7380, 00 KG** será utilizado como desinfetante para as superfícies, pavimentos e água da piscina. Devido ao seu teor de cloro ativo, o CLORO LÍQUIDO tem efeito comprovado na inativação do vírus SARS-CoV-2 (novo Corona Vírus – Covid-19), sendo recomendado pela DGS e OMS para a desinfecção de superfícies e água potável.
4. **COMPRIMIDO DPD1 CLORO LIVRE – 2250 KG** para determinar a colorimétrica e fotométrica de oxidantes (Cloro, Bromo, Ozono, Dióxido de Cloro).
5. **COMPRIMIDO DPD3 - CLORO TOTAL – 2250 KG** para mediação química da qualidade da água da piscina (Cloro Total), juntamente com pastilhas DPD nº1 .
6. **COMPRIMIDO PHONOL RED - PH 2250 KG** para determinar a fotométrica de valores pH.
7. **MINORADOR DE CLORO – 6 EMB DE 5 KILOS** para servir como neutralizador e inibidor de cloro para a água da piscina. Tem efeito imediato na redução do teor de cloro, reage com o excesso de cloro, quando por exemplo após uma supercloração é necessário baixar o cloro livre rapidamente, para os valores adequados.

Cláusula 23.ª

Requisitos do fornecimento

1. O fornecedor obriga-se a entregar de forma faseada em função das necessidades dos serviços e após solicitação dos trabalhadores da Câmara, o material objeto do contrato, na data e hora estipulada, no contato telefónico, fax ou e-mail de solicitação, remetido ao adjudicatário com a antecedência necessária.
2. A entrega (mediante pedido de fornecimento) deve ser efetuada nas instalações das piscinas municipais.
3. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega, deve a entidade fornecedora, logo que dele tenha conhecimento, requerer à entidade adquirente que lhe seja concedida uma prorrogação adequadamente fundamentada do respetivo prazo.
4. A entidade adquirente, designadamente a UDJ, no ato do fornecimento do bem, procederá de forma aleatória à verificação qualitativa dos mesmos.
5. Após a verificação referida no número anterior, a entidade adjudicante pode:
 - 5.1. Receber os bens;
 - 5.2. Rejeitar os bens por apresentarem deficiências de qualidade;
 - 5.3. Aceitar o bem mediante condição de, após exame posterior ou durante a utilização do mesmo, serem comprovadas as características exigidas;
6. Todos os encargos decorrentes da substituição, devolução ou destruição dos bens que tenham sido objeto de rejeição, serão da exclusiva responsabilidade do fornecedor.
7. A rejeição do bem disponibilizado nos termos do presente artigo não confere ao fornecedor o direito a qualquer indemnização.
8. A rejeição de bens por parte da entidade adjudicante pode conferir-lhe o direito a ser indemnizada pelos custos incorridos e pelos danos sofridos.
9. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o fornecimento do bem com qualidade insuficiente, suspenderá a faturação e correspondente pagamento até que a situação em causa se encontre regularizada.